

DIREITO AO SOL SOB O VIÉS DA LEGISLAÇÃO URBANA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

João Guilherme Valério Barreto¹

Docente Dra. Natallia Sanches e Souza²

Docente Dra. Diana Carolina Jesus de Paula²

O presente trabalho realiza uma revisão sistemática da literatura sobre o direito ao sol sob a perspectiva da legislação urbanística, analisando como os instrumentos normativos e os parâmetros de ocupação urbana influenciam o acesso à radiação solar e à iluminação natural nas cidades contemporâneas. O estudo parte da constatação de que o crescimento urbano acelerado, associado à verticalização e ao adensamento desarticulados das condições climáticas locais, tem produzido ambientes urbanos com redução significativa da insolação e da iluminação natural, comprometendo a eficiência energética, a salubridade das edificações e a qualidade de vida da população. Embora o planejamento urbano brasileiro seja regulamentado por instrumentos ¹legais, como o Estatuto da Cidade, observa-se a ausência de diretrizes específicas que assegurem o direito ao sol como componente fundamental do ordenamento territorial. Nesse contexto, o conceito de envelope solar destaca-se como alternativa ²metodológica e normativa capaz de integrar clima, forma urbana e qualidade ambiental. A pesquisa foi conduzida por meio de Revisão Sistemática de Literatura seguindo os protocolos PRISMA, garantindo rigor metodológico, transparência e reprodutibilidade. As buscas foram realizadas com combinações de termos relacionados ao direito ao sol, acesso à insolação, envelope solar, planejamento urbano, verticalização e morfologia urbana. Inicialmente, foram identificados 92 estudos nas bases consultadas. Após a remoção de duplicidades e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 32 artigos permaneceram para leitura integral. Destes, 22 foram excluídos por não abordarem diretamente a relação entre legislação urbanística e acesso à luz natural, resultando em um conjunto final de 10 artigos científicos publicados entre 2020 e 2025. Os resultados demonstram que os parâmetros urbanísticos tradicionais, como coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação, não garantem adequadamente o acesso à luz natural nem condições satisfatórias de conforto ambiental. Os estudos evidenciam que fatores como altura das edificações vizinhas, afastamentos, largura das vias e obstrução do céu influenciam diretamente o desempenho luminoso dos ambientes internos. Além disso, a literatura aponta a necessidade de revisão dos instrumentos normativos urbanos, incorporando critérios bioclimáticos e métricas de desempenho ambiental capazes de promover cidades mais sustentáveis, eficientes e socialmente justas.

Palavras-chave: Direito ao sol; Legislação urbanística; Iluminação natural; Envelope solar.

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo - UNIVAG

²Docente Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG



REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

BECK, Luciana Mota; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay. Configuração urbana na disponibilidade de luz natural no ambiente construído. *ArquiteturaRevista*, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.4013/arq.2022.181.01.

BOSCARDIN, Luiz; FLÓRIO, Wilson. Iluminação natural e edifícios residenciais verticais: análises paramétricas a partir de critérios das legislações urbano-construtivas da cidade de São Paulo. *Projeto e Percepção do Ambiente*, v. 6, n. 3, set. 2021.

BOSCARDIN, Luiz; FLÓRIO, Wilson. O acesso à luz natural em edifícios residenciais verticais: análises paramétricas de iluminâncias a partir de critérios das legislações urbano-construtivas do município de São Paulo. *Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade*, v. 1, n. 3, p. 94-110, 2020. DOI: 10.17271/rlass.v1i3.2711.

CASTRO, Guilherme Nóbrega de; LEDER, Solange Maria; SILVA, Luiz Bueno da S.; SOUZA, Erivaldo Lopes de. Componentes de condução da luz natural em edifícios multifamiliares: análise de um código de obras. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 25-45, abr./jun. 2015. DOI: 10.1590/s1678-86212015000200012.

GUIDI, Cláudia Rocha; ABRAHÃO, Karla Cristina de Freitas Jorge; VELOSO, Ana Carolina Oliveira; SOUZA, Roberta Vieira Gonçalves de. Influência dos parâmetros urbanísticos e da topografia na admissão da luz natural em edifícios residenciais. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 49-66, jul./set. 2018. DOI: 10.1590/s1678-86212018000300267.

LEDER, Solange Maria; PEREIRA, Fernando Oscar Ruttkay; CLARO, Anderson. Janela de céu preferível: proposição de um parâmetro para controle da disponibilidade de luz natural no meio urbano. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 89-104, jan./mar. 2008.

LIMA, Renata Camelo; CABÚS, Ricardo Carvalho. Disponibilidade de luz natural no interior do ambiente no litoral norte de Maceió-AL. In: *ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 2014. Anais [...]. 2014.

MARTINS, Giovanna Taques; ALCOJOR, Adrian Muros; PERDOMO, Maria José. Influence of simulated natural light on mood and well-being: case study at Obos Living Lab, Oslo, Norway. *ACE: Architecture, City and Environment*, v. 18, n. 52, 2023. DOI:10.5821/ace.18.52.11923.

RIBEIRO, Pedro Vítor Sousa; CABÚS, Ricardo Carvalho. Comparação do desempenho de parâmetros de avaliação da distribuição de iluminâncias em ambientes através do Troplux. In: *ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 2014. Anais [...]. 2014. DOI: 10.17012/entac2014.65.

VIANNA, Saionara Dias; MOSCARELLI, Fernanda da Cruz; CORREA, Celina Maria Britto. O envelope solar como diretriz de projeto para novas edificações. *Projetar*, v. 5, n. 18, inverno de 2021.